

## O “sujeito” cachaça e a história “arqueológica”

Lucas Endrigo Brunozi Avelar\*

**Resumo:** Fruto de uma pesquisa que estuda o processo de agenciamento dos sujeitos sob efeito do álcool na América Portuguesa setecentista, o artigo apresenta uma reflexão a respeito da forma adequada de se encaminhar a análise do tema. Para tanto, a exposição foi dividida em duas partes: uma, onde se realiza um pequeno apanhado bibliográfico acerca dos modos de endereçamento ao objeto “cachaça”; e, depois, apresentaremos a “arqueologia” como proposta analítica para se reconstituir a história da embriaguez e dos embriagados na Luso América. Conforme realizada por Michel Foucault, a arqueologia analisa o espaço no qual se desdobra o pensamento e suas articulações com as determinações históricas. Isto nos permitirá atingir o núcleo do problema, qual seja, a exclusão que foi necessária se realizar para se implantar uma racionalidade que fosse capaz de explorar o território brasileiro.

**Palavras-chave:** arqueologia, cachaça, embriaguez

**Abstract:** Originated from a research that studies the make efforts process of the subjects under effect of alcohol in seventeenth century Portuguese America, this article presents a reflection about the appropriate manner to conduct this theme`s analysis. This way, the exposition has been divided in two parts: one, where a small bibliography around the addressing modes to the object “cachaça” is shown; and, after that, we will present the “archeology” as analytic proposal to reconstruct drunkenness and drunken history in Luso America. In agreement to what was realized by Michel Foucault, the archeology analyses the space in which the thinking and its articulations with historical determinations unfold. This will allow us to reach the problem`s nucleus, in other words, the exclusions that was necessary to do to implant such a rationality that was able to explore Brazilian territory.

**Keywords:** archeology, cachaça, drunkenness

Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa que se dedicou inicialmente a estudar as atividades mediadas pela aguardente de cana na América Portuguesa setecentista com vistas a problematizar as funções sociais que a bebida adquiria naquele contexto, mapeando os efeitos dos usos das bebidas européias, a saber o vinho e a aguardente de uvas, na determinação dessas representações. Neste momento, estamos investigando as apropriações que alguns saberes da Antiguidade Clássica sofreram devido às necessidades peculiares ao ambiente científico e moral português do século XVIII, para apontar como essas representações são atualizadas a ponto de servir de “solo” para a criação de um discurso controlador de condutas ancorado na “teoria humoral” e na noção de moderação, que por sua

---

\* Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP. Mestrando em História Social, bolsista FAPESP.

vez se estende para a América Portuguesa. Tendo em vista as práticas sociais em que se engendraram subjetivações às bebidas alcoólicas o questionamento se encaminha em direção aos limites e possibilidades da implantação desse projeto de controle na Luso-América. Desta feita, o que se pretende é estudar o processo de agenciamento dos sujeitos sob efeito do álcool no espaço luso-americano do século XVIII. Para tanto, tivemos de dar um passo para trás e fazer apontamentos da representação social do consumo alcoólico na Europa e em Portugal setecentista.

O que ora apresentamos é uma reflexão acerca de como encaminhar o estudo do referido tema, pautando-se no exame da bibliografia recentemente produzida que trata da “história da cachaça”, bem como nas contribuições metodológicas oferecidas por Michel Foucault, de forma que destas leituras realizadas surgiram questões que procuramos formular nos termos adequados. Para isso, a exposição foi dividida em duas partes: uma, onde se realiza um pequeno apanhado bibliográfico acerca dos modos de endereçamento ao objeto “cachaça”; e, depois, apresentaremos a “arqueologia” como proposta analítica para se reconstituir a história da embriaguez e dos embriagados na América Portuguesa setecentista.

A primeira monografia sobre a aguardente de cana no Brasil é feita pelo folclorista Luis da Câmara Cascudo, que recupera as origens baixas da bebida e associa seu consumo aos escravos e pobres da colônia para justificar sua condição de bebida típica da nação brasileira. Nesse sentido, a aguardente permitia a fuga ao cotidiano opressor e monótono a que os escravos eram submetidos, e sua popularização ter-se-ia realizado das classes subalternas para as mais abastadas, do Brasil para a África e depois para as outras partes do mundo, em suas palavras, “a propaganda da cachaça partiu de baixo para cima e de dentro para fora” (CASCUDO, 1962: 37). Nessa perspectiva, ela aparece como

*a bebida-do-povo, áspera, rebelada, insubmissa aos ditames do amável paladar, bebida de 1817, da Independência, atrevendo-se a enfrentar o vinho português soberano, o líquido saudador da Confederação do Equador em 1824, dos liberais da Praia em 1848, a PATRÍCIA, a PATRIOTA, a GLORIOSA, cachaça dos negros do Zumbi no quilombo dos Palmares, do desembargador Nunes Machado e de Pedro Ivo, dos Cabanos, cachaça com pólvora dos cartuchos rasgados no dente, na Cisplatina e no Paraguai, tropeias dos Quebra-Quilos, do Club do Cupim, conspirador abolicionista, gritador republicano, a BRASILEIRA (CASCUDO, 1962: 54)*

Como se nota, a substância, além de símbolo da luta pela independência e pela república nacional, é motor de revoltas populares e fonte de inspiração e coragem. Adjetivos como “a patriota” e “a brasileira” designam a proeminência da bebida nos acontecimentos de

que participou, completando o recurso narrativo de elevar a aguardente à condição de sujeito dos processos históricos noticiados. Isto fica claro quando o autor explica a introdução da bebida nas comunidades africanas: “a cachaça, hóspede dos negros africanos e dos amerebas, conquistou a preferência insular e continental, destronando todos os vinhos habituais” (CASCUDO, 1962: 57). Mais uma vez, há um deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados da própria cachaça, autonomamente, ou melhor, “naturalmente”.

No entanto, apesar das insuficiências e deste problema central, a obra de Cascudo é um belo esforço de reunião de informações que demonstram a importância da aguardente de cana para a sociedade brasileira nas mais diversas esferas de interação social e em diferentes tempos, inclusive por ser o primeiro trabalho com essa preocupação. Além do mais, alguns trabalhos redigidos recentemente sobre a temática “história da aguardente” reproduzem a mesma perspectiva daquele autor, a saber, a elevação da bebida à categoria de sujeito do processo histórico. É o que se observa no seguinte trecho de Marcelo Câmara:

*a cachaça **testemunhou** os movimentos de organização operária no início do Novecentos, **caminhou** na Coluna Prestes (1924-6), foi ícone na Semana de Arte Moderna de 1922, ilustrou as histórias da Velha República, foi, novamente, tomada com pólvora na Revolução Constitucionalista de 1932, **acompanha** os próceres e os opositores do Estado Novo (CÂMARA, 2004: 23).*

Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc. Conforme esclarece Ulpiano Bezerra Menezes, todos os demais atributos são aplicados às coisas, isto é, os sentidos e os valores não advêm delas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, mobilizando tal ou qual atributo físico. Este deslocamento da derivação dos atributos fica mais claro quando Marcelo Câmara enuncia: “a bebida ‘sustenta’ a escravaria, o braço trabalhador, *alegra* os achados de veios e minas, nas rochas e aluviões, *movimenta* as festas, *esquenta* os corpos, *diminui* o sofrimento” (CÂMARA, 2004: 21).

Uma ‘história da aguardente’ só tem sentido, quando ela participa do processo histórico e dos regimes sociais enquanto produto da atividade humana por meio do qual as mais diversas relações de afinidade e/ou de conflito se estabeleceram entre diferentes agentes sociais. Mas não é assim que apresenta nosso objeto uma parte da literatura contemporânea dedicada a esta história. O que se observa, todavia, é a mobilização de uma estratégia

discursiva que personifica o objeto, na qual o termo “cachaça” funciona como uma espécie de “blindagem” que impede sua inserção nas condições histórico-sociais que determinam sua significação. Desse modo, a substância faria seu “percurso secular”, nos dizeres de Cascudo, sem sofrer mutações em seus atributos que, desde a origem, a identifica com a classe popular e que sua história “confunde-se com a história do Brasil” (TRINDADE, 2006: 19). Portanto, nesta lógica, a bebida percorre os quinhentos anos de nossa história caminhando junto com os pobres e mantendo suas características sensoriais e valorativas, o que a torna símbolo da nação tupiniquim.

E para funcionar esta “blindagem” os autores lançam mão de um tipo de falácia reconhecida como “tautologia”, que consiste em um erro lógico que apresenta como significativa uma proposição cujo predicado não diz nada a mais do que o sujeito. A tautologia é uma forma da “petição de princípio”, que é a falácia que se comete quando se adota como premissa a própria conclusão que se tenciona provar. O que esclarece em construções do tipo: “Rompe, então, a cachaça, o terceiro milênio como a bebida genuinamente nacional, brasileiríssima, o destilado mais consumido no País, de aroma e sabor único” (CÂMARA, 2004: 23). É como se se dissesse: “a cachaça é cachaça”. Ou, como diz Câmara: “cachaça com cor, cheiro e gosto de cachaça”. Desse modo, os próprios atributos físico-químicos funcionam como esta “blindagem”, o que autoriza afirmações do tipo: “ela [a cachaça] sempre esteve presente na construção do nosso país, afirmando seu sabor e sua autenticidade” (CÂMARA, 2004: 23). Estas construções organizam a economia interna dos textos sobre o tema a ponto de não se escapar do esqueleto factual dos acontecimentos, o que dá a impressão de que é a bebida quem atravessa a história com suas próprias pernas. Ademais, este tipo de caracterização em nada contribui para o conhecimento, uma vez que o objeto do historiador deve ser “os homens, no tempo”.

O resultado mais patente deste procedimento é a transformação da aguardente de cana em “objeto de consumo”, e por isso autonomizado, como sentido no interior de um código de significações hierarquizadas. É questão de reconstruir a lógica social em que aparece o uso da substância desnaturalizando seus processos de troca e significação. Isto nos fará inclusive mudar o objeto recortado para análise, deixando de lado a aguardente para direcionar a atenção aos sujeitos que dela fizeram uso, bem como daqueles que se preocuparam em estabelecer uma lei social para seu consumo. No entanto, este deslocamento nos impõe algumas escolhas, pois o reconhecimento dos equívocos destes estudos faz aparecer uma questão latente, qual seja, em quais termos formular a problemática dos usos do álcool e da

percepção da embriaguez na Luso-América que escape a esta fetichização do objeto “aguardente”?

A fim de nos aproximar da resposta a essas questões, adotaremos a perspectiva conceitual definida por “arqueologia” como um dos domínios da metodologia foucaultiana. Sendo assim, é hora de esclarecer alguns pressupostos que este termo abriga, e precisar a que momento de sua trajetória nos filiaremos, em consideração à complexidade do tema proposto.

Enquanto análise de discursos, a arqueologia se situa em um nível anterior à sua classificação em tipos, não obedecendo as tradicionais distinções dos discursos em ciências, poesia, romance, filosofia, etc. Isto é possível, segundo Foucault, porque, “os discursos quando interrogados pela arqueologia se mostram em um nível mais baixo, mais elementar, mais fundamental, sendo passíveis, assim, de uma neutralidade enquanto simplesmente discursos” (MACHADO, 1982: 161). O que nos deixa entrever que não há princípio de unidade aprioristicamente estabelecido, tornando tal análise a descrição de uma dispersão, cujo objetivo é o de investigar as regras capazes de reger a formação destes discursos. No entanto, o mais importante da análise será definir como estas regras se articulam em um sistema de relações capazes de criar as condições de possibilidade para a formação dos objetos e das categorias sociais.

Nesse sentido, a análise arqueológica não deve se fechar no interior do próprio discurso, pelo contrário, uma de suas estratégias é articular o acontecimento discursivo com o não-discursivo, isto é, aqueles da ordem política, econômica, social ou técnica. E o modo de articulação entre estas duas ordens de acontecimentos não tem um modelo previamente estabelecido e, por isso, segundo Roberto Machado, a arqueologia do saber não pode ser considerada uma teoria. Isto porque “toda formação discursiva não é do mesmo modo permeável aos acontecimentos não-discursivos e por isso a análise arqueológica procura descobrir formas específicas de articulação” (MACHADO, 1982: 166). Sendo assim, ela quer mostrar, por exemplo, como e a que título a prática política faz parte das condições de emergência, inserção e funcionamento do discurso médico.

E para isso, a arqueologia tem como campo de análise o próprio saber, que se situa em um nível diferente do das ciências, na medida em que ele “não está investido apenas em demonstrações, ele também o pode ser em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (FOUCAULT, 1987: 172). E nesse campo, o que se procura é a “modalidade de existência das coisas ditas”, que para ser acessada exige uma certa conversão do olhar, a fim de se reconhecer o enunciado e “considerá-lo em si mesmo enquanto algo investido nessas unidades, sejam elas frases ou proposições, séries causais,

quadros, etc. Neste ponto é importante destacar que Foucault não faz hermenêutica, não é uma interpretação do objeto, mas antes, uma descrição de como e quando o objeto emerge como tema, como discurso e como preocupação histórica. Assim, o ponto de partida se torna agora terminal. Antes porém se faz necessário traçar os contextos sociais e culturais nos quais os pronunciamentos foram gerados e o álcool fora consumido, pois entendemos as práticas que o subjetiva a um uso restrito, como a “ponta do iceberg”, cuja parte oculta são as formações que estão submersas e que sustentam aquelas práticas, discursivas ou não. A metáfora do iceberg foi utilizada por comentadores da obra foucaultiana para explicarem como opera sua análise arqueológica. Para Veiga-Neto, a leitura arqueológica não entra no objeto, mas procura olhá-lo de fora e “de baixo”. Assim, como afirma, “para tratar de um objetivado, a arqueologia faz do seu objeto as práticas que estão por fora e que principalmente sustentam o objetivado. Seu objeto está submerso, sustentando o visível do *iceberg*” (VEIGA-NETO, 2005: 60). Em suma, como esclarece Paul Veyne, o método consiste em compreender “que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe” (VEYNE, 1988: 162). E para dar conta desta agenda, deve-se ter em conta que, ao invés da busca de sínteses ou de uma linha contínua que explique de modo homogêneo a multiplicidade dos acontecimentos e suas transformações, a atenção deve ser dedicada à descrição da dispersão.

Ademais, *pari passu* à formação do moderno sistema de mercado houve um conjunto de mecanismos disciplinares produzidos nos séculos XVII e XVIII que a “burguesia” oitocentista vai herdar, utilizando-os, mudando-lhes algumas direções e intensificando outras, que são igualmente importantes para a organização da economia capitalista do século XIX. Seguindo as vias abertas pelo filósofo, o questionamento que pretendemos realizar tem como pressuposto a idéia de que o

*capitalismo, modo de produção em que se vêm inserir-se essas relações de poder, representou por seu turno um grande dispositivo de codificação e de intensificação de relações de dominação relativamente autônomas por meio de segmentações, pelas hierarquias, pela divisão do trabalho estabelecido nas manufaturas, nas oficinas e nas fábricas, pelas relações decerto ‘econômicas’ e conflituosas entre a força de trabalho e o capital, mas também e sobretudo pelas regulamentações disciplinares, pela sujeição dos corpos, pelas regulações sanitárias que adaptaram, intensificaram, dobraram essas forças às coerções econômicas da produção* (FOUCAULT, 1999: 334-335).

Munidos desta alegação teórica, deteremo-nos no lugar que procurará pensar numa plataforma discursiva que realize um deslocamento com vistas a atingir o núcleo do nosso problema, qual seja, o de mapear alguns componentes da composição vetorial de forças que

conformaram a percepção da embriaguez na América Portuguesa setecentista. Nesse viés, parece-nos cabível examinar os saberes constituídos nas práticas, discursivas ou não, de condenação e de valorização das bebidas alcoólicas na América Portuguesa setecentista, perseguindo a racionalidade específica que as constituem e as positivities e modos de existência que instauram. Com isso, pretendemos observar a embriaguez através daquilo que estabeleceu a divisão entre ebriedade e sobriedade, pois o que anima esta reflexão é a crença de que o estudo dos acontecimentos envolvendo a embriaguez na América irá convergir para apreendermos qual o limite aceitável imposto pela racionalidade portuguesa que teve de ser observado para que a colonização aconteça.

E a escolha da arqueologia se justifica pois ela aparece como setor privilegiado da crítica que se direciona às práticas institucionais e aos aparelhos de conhecimento mobilizados pela Coroa portuguesa para objetivar a embriaguez luso-americana como obstáculo à colonização. Nesse viés, nota-se que a postura dos colonos em relação ao consumo alcoólico era marcada por uma ambigüidade latente: enquanto senhores de engenho distribuían a aguardente “da terra” aos seus escravos que trabalhavam no frio das minas de ouro, como uma forma de protegê-los de doenças pulmonares, os cirurgiões, médicos e autoridades metropolitanas viam a bebida de cana-de-açúcar como um produto inferior e maléfico, sobretudo porque seu consumo pela escravaria causava bebedeiras e arruaças, além de sua produção desviar braços mais úteis na mineração e no engenho.

Conforme se avança na análise, percebe-se que a prática médica tem uma função estratégica neste quadro, pois ela estabelece diferentes juízos de valor para a aguardente do Reino e o vinho, que seriam substâncias com caráter preventivo e curativo. Seja como for, na medida em que participava do cotidiano do escravo, a cachaça se torna um mecanismo político de preservação da ordem escravista, pois servia como instrumento para condicionar parte da população, “que assim era levada a aceitar os limites impostos pela estrutura de dominação vigente” (GUIMARÃES, 2005: 98). No entanto, se a bebida atuava enquanto este amortecedor do potencial de rebeldia há o outro lado desse consumo, identificado por Guimarães como uma “resistência não violenta”, que seriam formas de resistir ao cotidiano hostil a que o negro era submetido, dentre elas o consumo freqüente do álcool. É este campo de luta que pretendemos captar, suas tensões e impasses que irão constituir a experiência colonial do consumo alcoólico. Para isso, a arqueologia aparece como estratégia privilegiada, pois articula as camadas discursivas e não-discursivas que se superpõem e que permitem traçar a espessura histórica desta experiência. Nas palavras do filósofo:

*é preciso cavar para mostrar como as coisas foram historicamente contingentes, por tal ou qual razão inteligíveis, mas não necessárias. É preciso fazer aparecer o inteligível sob o fundo da vacuidade e negar uma necessidade; e pensar que o que existe está longe de preencher todos os espaços possíveis (FOUCAULT, 1981: 38-39).*

## Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70, 1995.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Prelúdio da Cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Coleção Canavieira, 1962.

CÂMARA, Marcelo. *Cachaça: prazer brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção tópicos).

\_\_\_\_\_. “Da amizade como modo de vida”. Entrevista concedida a R. de Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux. *Gai Pied*, n 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais em Álcool e Drogas na História do Brasil*. Renato P. Venâncio e Henrique S. Carneiro (orgs.). – São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

PRIORE, Mary Del. FIGUEIREDO, Luciano. *Cachaça, alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005.

RAGO, Margareth. *O efeito Foucault na historiografia brasileira*. *Tempo Social, USP*, v.7, n. 1-2, 1995, p.67-82.

SILVA, Jairo Martins da. *Cachaça, o mais brasileiro dos prazeres*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006.

TRINDADE, Alessandra Garcia. *Cachaça: um amor brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo, *Foucault e a educação*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4ª edição. Brasília: Ed. Unb, 1998.

WEIMANN, Erwin. *Cachaça, a bebida brasileira*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2006.